



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001349-50.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Bruna Barcelos**
 Requerido: **Banco Itauleasing S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BRUNA BARCELOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Itauleasing S/A, alegando ter firmado com o réu contrato de financiamento de veículo em 30 de junho de 2011, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 493,13, as quais sempre teria honrado o pagamento, sendo que, após ter pago 22 dessas parcelas constatou, folheando o carnê de pagamento, que o valor da prestação que venceriam a partir do dia 16 de julho de 2013 tinha seu valor elevado dos R\$ 493,13 para R\$ 987,61, entrando em contato com o banco réu que teria admitido que o boleto estava errado e seria cancelado, e que outro carnê lhe seria enviado, mas como dito carnê não chegava, com objetivo de não incidir em mora se dirigiu até a lotérica e tentou efetuar o pagamento com o carnê antigo, sem sucesso, contudo, de modo que entende ter o réu dado causa ao atraso no pagamento, a partir da parcela de nº 23, e porque com aquela mora as demais parcelas venceram antecipadamente, o débito ficou impagável, nos termos em que foi notificada pelo réu, com juros de 10% ao mês, motivando ajuizamento de ação de busca e apreensão, que já apreendeu o veículo, seu único meio de locomoção, e porque já havia pago 22 prestações, totalizando R\$ 10.848,86, requereu a rescisão do contrato de financiamento e que seja o réu condenado a repetir em seu favor o valor das parcelas pagas, R\$ 10.848,86, devidamente atualizado, devendo ainda o réu ser condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais, no valor que venha a ser arbitrado.

O réu contestou o pedido sustentando que o valor das parcelas do contrato está correto e a autora tinha plena ciência a esse respeito desde o momento da contratação em 30/05/2011, salientando que inclusive consta do contrato que o valor das primeiras 24 parcelas, de R\$ 493,13, era reduzido em relação às demais 36 parcelas que tinham o valor de R\$ 987,77, as quais, somadas, totalizariam o valor de R\$ 47.394,60 conforme previsto no contrato, e porque a autora incidiu em mora, conforme, como confessa, não há ilícito praticado pelo Banco, tampouco dever de restituir as parcelas pagas e extinguir o contrato, concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou reafirmando os termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

As partes firmaram na verdade um contrato de arrendamento mercantil, que em sua cláusula 3.10. estabeleceu o valor da *parcela periódica* (sic.) em R\$ 493,13, e logo na cláusula 3.11. fixou a *quantidade de parcelas periódicas* em 60, com vencimento a partir de 01 de julho de 2011 (vide fls. 96).

O réu afirma que esse contrato previa que somente as primeiras 24 parcelas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

teriam o valor de R\$ 493,13, porquanto fosse reduzido em relação às demais 36 parcelas, cujo valor seria de R\$ 987,77, as quais, somadas, totalizariam o valor de R\$ 47.394,60.

E conforme pode ser conferido às fls. 102, houve, realmente, contratação de valores diferenciados para as parcelas que se venceriam a partir de 30 de junho de 2011 e até 30 de novembro de 2013, cujo valor era de R\$ 493,13, e aquelas que se venceriam a partir de 30 de dezembro de 2013 e até 30 de maio de 2016, cujo valor seria de R\$ 987,77.

Esse Anexo 02, que é mencionado na folha de rosto do contrato, em sua cláusula 3.15. que taxativamente declara “Conforme Anexo 2, firmado pelo Arrendatário” (sic., fls. 96), traz a assinatura da autora (vide fls. 102), que mesmo à vista da juntada desse documento não impugnou sua firma.

Há, portanto, manifesta má-fé da autora, com o devido respeito, ao demandar contra a verdade dos fatos.

A ação é claramente improcedente e a autora, como apontado, incidindo na figura que prescreve o inciso II do art. 17, do Código de Processo Civil, de modo que fica declarada como litigante de má-fé, para impor-se a ela a condenação ao pagamento de multa de 1,0% (*um por cento*) do valor da causa, atualizado, e ainda uma condenação a indenizar o réu em outros 10% (*dez por cento*) do valor da causa, atualizado, tudo na forma autorizada pelo art. 18, caput e §2º, do mesmo *Codex*.

Valha destacar, não obstante seja beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, a autora responde pelas multas acima fixadas porquanto não se cuida aí de *despesa* do processo, mas de condenação por conduta processual dolosa.

A autora ainda sucumbe, de modo que lhe cumpre arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, e aqui sim, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, DECLARO a autora BRUNA BARCELOS como LITIGANTE DE MÁ-FÉ na forma tipificada pelo art. 17, II e III, do Código de Processo Civil, e em consequência, com base no art. 18, *caput*, do Código de Processo Civil, CONDENO a autora BRUNA BARCELOS à pena de multa de 1,0% (*um por cento*) do valor da causa, atualizado, bem como CONDENO a autora BRUNA BARCELOS, na forma do art. 18, §2º, Código de Processo Civil, a pagar ao réu Banco Itauleasing S/A indenização de valor equivalente a 10% (*dez por cento*) do valor da causa, atualizado; e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

P. R. I.

São Carlos, 26 de maio de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**